



## **ANTONIETA DE BARROS: EDUCAÇÃO, CIDADANIA E GÊNERO PELAS PÁGINAS DOS JORNAIS REPÚBLICA E O ESTADO EM FLORIANÓPOLIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.**

Elizabete Maria Espíndola<sup>1</sup>

*Não será a tristeza do deserto presente que nos roube as perspectivas dum futuro melhor.*

**Antonieta de Barros**  
**Jornal República, 13 de março de 1932.**

O texto intitulado Antonieta de Barros: educação, cidadania e gênero pelas páginas dos jornais República e O Estado em Florianópolis na primeira metade do século XX busca discutir a atuação de Antonieta Barros, um dos nomes mais significativos da imprensa e da política em Florianópolis durante as décadas de 30 e 40, na imprensa local situando-a no debate historiográfico contemporâneo.

A nós interessa-nos discutir através de seus escritos o processo de formação de sua subjetividade enquanto sujeito social, sua condição racial, de gênero e sua luta buscando promover, através da educação, um alargamento do sentido de cidadania para os sujeitos sociais provenientes das classes populares.

Depois de concluir os estudos na Escola Normal na Capital, uma das alternativas encontradas por Antonieta e sua família para garantir a sobrevivência, foi transformar sua casa, que localizava-se a rua Fernando Machado, na parte central da cidade, em uma pequena escola particular denominada Curso Particular Antonieta de Barros que recebia crianças em período de alfabetização bem como adultos para os cursos preparatórios. O projeto contou com a ajuda de sua irmã Leonor de Barros e manteve-se ativo entre os anos de 1922 a 1965.

Poucas alternativas, além dos trabalhos manuais como lavadeira, cozinheira, empregada doméstica ou vendedoras ambulantes se apresentavam as mulheres negras no pós-abolição.<sup>2</sup> Mas, a escolha articulada por Antonieta, ainda na década de 20, foi o de engajar-se nas letras locais, onde o

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Departamento de Pós-Graduação em História pela UFMG e professora do Departamento de História da Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVAS. E-mail: Elizabete.espindola@yahoo.com

<sup>2</sup> Antonieta era filha de Catarina Waltrich, uma empregada doméstica. Durante um tempo a própria Antonieta também chegou a exercer o ofício de lavadeira.



cenário era dominado por homens filhos da tradicional elite local, profissionais liberais, políticos, militares, jornalistas, comerciantes e professores, dentre estes, José Boiteux, Gustavo Richard, Vidal Ramos, Felipe Schmidt, Antonio Pereira Oliveira, Othon Gama D'Eça, Joé Collaço, Barreiros Filho, Altino Flores, Ivo de Aquino, o próprio governador Hercílio Luz, entre outros. Contudo este não parecia ser um grupo coeso, e das discordâncias em seu interior fez surgir o Centro Catharinense de Letras, instituição literária fundada em desacordo com a Academia Catarinense de Letras, esta última não aceitava entre seus associados mulheres e negros.<sup>3</sup>

Neste momento Antonieta associa-se ao Centro onde passou a atuar ao lado de outras mulheres e de alguns poetas negros, como Ildefonso Juvenal. Do grupo ao qual Antonieta estava inserida faziam parte, Ivo de Aquino, Othon Gama D'Eça e Barreiros Filho, figuras que mais tarde também dividiram as redações dos principais jornais da capital.<sup>4</sup>

A princípio, o motivo do desacordo entre o Centro Catharinense de Letras e a Academia Catharinense de Letras residia no fato de que esta última estaria restringindo a participação de escritores por ela considerados “menores”. Altino Flores, diretor da Academia, expôs seus motivos sem constrangimento à Revista Terra, órgão pertencente à Academia Catharinense de Letras:

Cruz e Sousa foi um bem e foi um mal para as letras catarinenses: foi um bem porque, dando-nos versos admiráveis, tornou o nome de nosso Estado conhecidíssimo entre os demais; foi um mal porque, por ser negro, despertou em todos os negros de Santa Catarina, que acompanham a evolução literária do Brasil pelo texto dos Almanques, a veleidade de poetas. Ildefonso, por exemplo, é um destes (...) Ildefonso é bronco, iletrado, vaidoso, embora se cubra do verniz da modéstia, não tem o mínimo sentimento do que seja o ritmo poético e ignora todas as condições de prosa artística.<sup>5</sup>

Altino Flores foi figura significativa nas letras locais, desde a década de 20 já fazia parte do grupo associado à Academia Catarinense de Letras, na década de 30 foi também diretor chefe do jornal O Estado.

Cruz serviu aos propósitos dos ideais burgueses, elevando o nome do Estado e da inexpressiva produção literária catarinense do final do século XIX. Hoje representa um dos principais nomes da Literatura local e um dos principais representantes do Movimento Simbolista no Brasil. Entretanto, embora passado mais de 20 anos após sua morte, o nome Cruz e Sousa

<sup>3</sup> CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis Ilustrada*. 3ª edição. Florianópolis: Insular, 2005, p.307.

<sup>4</sup> Ivo de Aquino chegou a trabalhar como redator do jornal República órgão pertencente ao partido republicano.

<sup>5</sup> Revista Terra. Ano 1, nº17, 1920.



representava a possibilidade de desafiar uma lógica racista estabelecida pela escravidão. É possível que sua experiência tenha encorajado Antonieta e os demais descendentes de africanos a lutarem pela ampliação do sentido de cidadania.

Observando ambas as trajetórias, se faz importante refletirmos sobre o papel que tanto Cruz e Sousa bem como Antonieta de Barros ocupam atualmente na memória local. Esta mesma memória elegeu e os colocou dentre os principais nomes da cultura local. Contudo, sem muito refletir sobre suas trajetórias de vida e as limitações de toda ordem pela qual passaram, bem como o papel que ocupam os afrodescendentes nesta cidade.

Na década de 20, mesmo passados quase 40 anos do fim da escravidão, a sombra do passado escravista parecia ainda regular as relações entre os descendentes de cativos e a elite local no pós-abolição. Ao que nos parece, a tentativa de uma maior inserção social dos descendentes de africanos foi interpretada por Altino Flores, membro da elite local, como uma ameaça que rondava um espaço que simbolicamente agregava uma identidade que fundia tradição, autoridade, influência e prestígio social para os membros da elite branca local. Os resquícios de um passado escravocrata e patriarcal conviviam paralelamente com um discurso modernizador da cidade, presente nas primeiras décadas do século XX.

A partir do momento que engaja-se nas letras, seja escrevendo em pequenos jornais e revistas com circulação restrita a Capital, ou em jornais maiores como o República e O Estado, (com maior abrangência, circulando além da Capital também nas principais cidades) este último pertencentes à família Ramos, Antonieta iniciou uma longa jornada de consolidação de seu nome junto a um público leitor.

Mas, ao mesmo tempo em que escolheu as letras, assumiu aquilo que Cornel West afirmou em seu ensaio sobre a sociedade norte-americana - O dilema do intelectual negro: “A opção de tornar-se intelectual é um ato de auto-imposta marginalidade; resulta um status periférico na e para a comunidade negra”<sup>6</sup>

Porém, o fato de Antonieta ter associado seu ofício de intelectual, a sua lutar por uma educação pública para as classes populares (principalmente para as mulheres o que elevaria as chances de mobilidade social também para os afrodescendentes) bem como a sua atividade de

---

<sup>6</sup> HOOKS, Bell. *Intelectuais negras*. Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro. UFRJ, v.3, n.2, 1995, p.465.



professora, talvez tenha suplantado o sentimento de marginalidade, pois sua luta não estava travada apenas no plano das idéias, ela também se dava na prática cotidiana.

Pois, foi no campo da educação que Antonieta de Barros encontrou subsídios que a levaram a refletir sobre o papel da mulher nessa sociedade, e aquilo que ela própria chamava de “uma nova forma de orientação intelectual”. Este movimento ao mesmo tempo, a fez perceber as deficiências, as necessidades e os limites do processo educacional em Florianópolis.

Sua experiência com a educação esteve diretamente ligada ao fato de ter exercido atividade como professora durante longo período. Com a ajuda de sua irmã, Leonor de Barros, Antonieta manteve sua escola particular funcionando, mesmo após sua morte em 1952. Os laços de sociabilidade e as relações de solidariedade construídas por ela em sua trajetória, seus esforços em buscar uma formação superior somada a sua experiência como educadora, permitiram a ela, Antonieta, lecionar nas décadas de 30 e 40 nos principais colégios da Capital.

Para Antonieta, a educação seria uma das alternativas para promover mobilidade social entre as classes mais pobres, e era no interior desta classe que estava à população afrosdescendente da cidade. Através de suas colunas nos jornais, estabeleceu um canal de comunicação com seus leitores. Foi usando-se dessa estratégia, que ela consolidou seu nome entre o público leitor de uma tímida esfera pública burguesa. Esta via de comunicação com o público contribuiu para sua construção enquanto figura pública, estratégia sabiamente articulada por Antonieta.

Mas, foi na década de 30 em pleno Estado Novo que fez dos jornais uma ferramenta de luta pela educação pública, criticando e discutindo desde a ampliação do número de escolas até a admissão de novos professores pelo mérito e não por privilégios, lutou também pela criação de bolsas escolares para alunos carentes e a criação de novos cargos públicos na educação. Nesse aspecto, podemos entender que a educação se apresentava também como possibilidade de inserção para as mulheres na sociedade e no mundo do trabalho.

Não há quem de boa vontade ignore que a célula mater da nacionalidade é o magistério, pelo seu silencioso, mas incomensurável trabalho construtor, único capaz de conseguir o levantamento integral dos povos.

O decreto nº 231 de 9 do corrente, do Sr. Interventor, diz no seu artigo I, letra e: “Para a primeira nomeação, darse-á preferência ao candidato de comprovada boa saúde que houver obtido as notas mais altas na escola que cursou.

É a mais bela vitória que podiam esperar os estudiosos. (...) O regime de pistolão destruía todo o mérito, sufocava todas as atitudes vitoriosas, aniquilava todas as conquistas, acumuladas, pacientemente, e guardadas com carinho (...).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Jornal República, 17 de abril de 1932.



Acima é possível perceber a tentativa de romper com antigas práticas, iniciando-se assim um processo teoricamente mais transparente em um período nebuloso na política, marcada pela revolução constitucionalista e pela presença autoritária dos interventores.

Nesta mesma conjuntura incluía-se aí a luta dos trabalhadores. Em um segundo trecho extraído de sua coluna no jornal República, Antonieta incluía a mulher neste processo de luta, principalmente, as mulheres das classes populares, as menos favorecidas, dentre as quais possivelmente estavam também às mulheres de sua condição.

Não se pode negar, Santa Catarina tem progredido quanto ao ensino superior.

O Instituto politécnico, com seus cursos de engenharia e farmácia, já reconhecidos pelo Governo Federal, e com outros que, também esperam sê-lo, e a Faculdade de Direito, há pouco fundada, (...) Há, contudo uma grande lacuna na matéria de ensino: a falta dum Ginásio onde a Mulher possa conquistar os preparatórios, bilhete de ingresso para os estudos superiores. O elemento feminino vê, assim, fechados, diante de si, todos os grandes horizontes. O excelente Ginásio que possuímos, não permite à Mulher, a assistência das aulas.

Daí o recurso dos professores particulares, o que exige um grande dispêndio e dá margem a que só as favorecidas da fortuna consigam ou possam conseguir a aquisição dos preparatórios.<sup>8</sup>

A questão feminina e a educação da mulher tomaram conta de muitas de suas discussões, como aponta o trecho abaixo:

São os próprios homens que depois riem da falta de cultura e do pieguismo da quase totalidade das mulheres.

Tudo é natural, é o reflexo da falta de comedimento, com que escrevem os artífices da idéia.

A literatura, chamada feminina é escassa, escassíssima.

E além de minguada, ainda vem repleta de pieguismos, pieguisces, e virgem, completamente virgem de idéias.<sup>9</sup>

No trecho acima, denuncia a desigualdade no plano intelectual entre homens e mulheres, para ela um reflexo do atraso educacional da própria mulher e da falta de oportunidades oferecidas a elas. Uma educação que, na maioria das vezes, não proporcionava à mulher uma efetiva emancipação feminina através de uma consciência crítica. Abaixo, Antonieta dá boas vindas ao direito conquistado pelas mulheres no Estado, a equiparação dos salários, contudo, esse era apenas o início de uma longa caminhada.

Os jornais nos dão a nova alviçareira de que o Governo acaba de assinar o decreto regularizador do trabalho feminino.

Enfim. Já era tempo.

---

<sup>8</sup> Idem, 12/07/1932.

<sup>9</sup> Idem, 06/03/1932.



Foi preciso que o Brasil idealista se levantasse num movimento cataclismo, para que a mulher indivíduo tivesse, em lei, a garantia do seu esforço.

Não queremos saber se essa medida faz parte básica dos programas comunistas, como nos dizem os telegramas.

Para nós, ela se acha dentro do mais são e mais nobre princípio de equidade. Se o trabalho é o mesmo, por que se depreciar o esforço feminino, ou explorá-lo pagando menos?<sup>10</sup>

Mas, a equiparação dos salários não representou uma forma de reconhecimento da capacidade intelectual das mulheres, há neste momento uma estreita gama de atividades compatíveis com a “natureza feminina” tais como, professora, assistente social, secretária, vendedora, operária, funcionária de hotéis e bancos, decoradora, além das já conhecidas, cozinheira, babá e empregada doméstica. Funções que segundo Susan Besse, não exigia mais do que uma mulher podia fazer com facilidade, física ou intelectualmente. E, tão importante quanto isso, exigiam traços “femininos” tais como paciência, alegria, retidão moral, delicadeza, discrição, piedade, dedicação aos outros (especialmente aos jovens, aos velhos, aos doentes, aos fracos e aos que sofrem) e principalmente obediência às diretrizes dadas por seus chefes.<sup>11</sup>

Em meados da década de 30, Antonieta publicou seu livro *Farrapos de Ideias*<sup>12</sup>, obra que reuniu uma série de textos publicados em sua coluna de domingo no jornal República. Novamente, a temática educação e trabalho aparecem como formas de mobilidade social. Muitas destas crônicas vinham acompanhadas por um forte conteúdo moral e religioso. A obra trouxe também parte de suas memórias, como lembranças da infância e dos amigos.

Em determinados momentos, o tom dramático, desiludido e de denúncia social tomou conta de sua escrita, como mostra a crônica “Indiferentes”:

À margem da vida, que é luta, trabalho, conquista, existem os indiferentes.  
Vencidos? Não. Desencantados.

As terríveis soalheiras dos desenganos emurcheçeram-lhes, crestaram-lhes os sonhos; os desejos de conquista foram destruídos pela inexplicável fôrça do Desconhecido.

Com o tempo, na sua marcha veloz, passam os sorrisos escarninhos da existência, transformada, aos poucos, num infinito de ilusões em farrapos. (...) <sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> Ibidem, 22/05/1932.

<sup>11</sup> BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p.153.

<sup>12</sup> Livro em que a autora reuniu parte de suas colunas publicadas aos domingos no jornal República. *Farrapo de idéias*. Florianópolis. Fundação Catarinense de Cultura, 3ª edição, 2001.

<sup>13</sup> BARROS, Antonieta de. *Farrapos de Idéias*. 2ª edição. Florianópolis: Etegraf, 1971, p.25.



Neste primeiro trecho, Antonieta observa a existência de uma classe que sobrevive à margem da sociedade, os desencantados, para quem não resta nem mesmo esperança, pois esta fora solapada pela dureza de projetos hegemônicos excludentes, eles são invisibilizados, ignorados pelo tempo e pelas mudanças. O mesmo trecho nos levou a refletir sobre as possibilidades de inserção social e as condições socioeconômicas das classes populares. Neste momento nos jornais da Capital é possível encontrar, em meio aos anúncios que noticiam a chegada de novidades em termos de produtos consumidos pela elite local, um número significativo de notícias sobre as condições miseráveis em que muitos vivem. Abaixo Antonieta segue chamando atenção:

Nem só de pão vive o homem.

Na vida e para a vida, não é bastante o Trabalho. As criaturas, a quem assiste o direito e o dever intangíveis do trabalho, necessitam, para viver, no sentido humano da palavra, de cultura.

Não basta a alfabetização.

É preciso que se torne acessível, a tôdas as criaturas, a escalada deslumbradora. O trabalho é fartura, que a cultura ensina a compreender; é alegria, que a cultura espiritualiza; é prece que a cultura bendiz e santifica.<sup>14</sup>

Acima, discute o papel que a cultura teria neste processo. Cultura, a qual poderia também ser compreendida pelo binômio Educação/Cidadania, forma de garantir ao sujeito o direito de construir sua trajetória, de ter acesso à igualdade de escolha e oportunidades. Não bastava apenas a alfabetização, ou seja, ensinar-lhe as letras, mas sim ensinar-lhes o sentido de cidadania.

Por muitas vezes a saída apontada por ela para as agruras da vida, passava também pela via religiosa.

Bendito seja o que ameniza as estradas íngremes e pedregosas da vida, com a doçura do Sonho e a semente da Ilusão!

Benditas sejam as mãos dadivosas e ocultas que a cada passo nos refrigeram a alma, sedenta e incontentável com os frutos da sua sabedoria!

Bendito seja o que dulcifica as dores e cicatriza as chagas da alma!<sup>15</sup>

Diante das dificuldades e dos muitos limites sociais, obstáculos a serem superados por aqueles que pouco ou quase nada possuíam Antonieta sugeria a busca de refúgio e conforto pela via religiosa. Aspectos de sua religiosidade estiveram quase todo tempo presentes em suas colunas, algumas destas iniciavam com uma epígrafe, quase sempre um provérbio, trecho de algum dos livros da bíblia, ou ainda um poema ou epíteto onde comumente identifica-se uma mensagem de fé,

<sup>14</sup> Idem, p.21.

<sup>15</sup> Ibidem, julho de 1930.



luta e esperança. Característica interessante para estas mulheres que não se intitulavam feministas, mas que ao mesmo tempo buscaram conciliar a luta pelos seus direitos, equiparação salarial, educação, e a manutenção dos valores morais conservadores. Para estas a caridade e o trabalho voluntário (doação ao próximo) fizeram parte também da mesma bandeira de luta. Para as mulheres das classes, média e alta, esta saída se constituía em uma importante alternativa ao trabalho remunerado.

Através das páginas do República de 13 de maio de 1932, disparou contra as práticas machistas e excludentes, defendendo que as mulheres fossem efetivamente incluídas no discurso e na prática da cidadania.

Não será a tristeza do deserto presente que nos roube as perspectivas dum futuro melhor.

A criatura, ainda que cética, tem de apegar-se inevitavelmente, ao deslumbramento sedutor dum progresso verdadeiro, onde as conquistas da inteligência não se degenerem, em armas de destruição, de aniquilamento; onde os homens enfim, se reconheçam fraternalmente.

Quando será chegada esta Canã feiticeira?

Quem poderá precisar a época?

Talvez cedo, talvez tarde. Será, contudo, quando houver bastante cultura e sólida independência entre as mulheres para que se considerem indivíduos.

Só então, cremos existir uma civilização melhor.<sup>16</sup>

Mas, para qual mulher Antonieta escrevia? Qual imagem de mulher se desejava construir através de seus discursos? Que tipo de papel era destinado e que condição feminina estava representada?

A primeira questão nos levou a refletir sobre o alcance e o tipo de público que sua escrita atingia. Como já enfatizado no início do texto, alguns destes jornais tinham um alcance limitado, pois circulavam apenas na Capital, destinavam-se a um público leitor heterogêneo formado por homens e mulheres. Deve-se também levar em consideração o número de alfabetizados na Capital e também as outras formas de leituras. No trecho abaixo extraído da mesma coluna, Antonieta se posicionou como defensora dos direitos das mulheres, porém reafirmando não ser ela uma feminista.

Não somos feministas.

E, se dizemos entre mulheres, é tão somente por serem elas que, no lar e na escola, lançam as pedras básicas, o alicerce moral do indivíduo futuro.

---

<sup>16</sup> Jornal República, 13 de maio de 1932.





São elas que amalgamam o caráter informe, modelam, ajeitam, retocam, infiltrando-lhe no espírito crédulo, dócil, dúctil e cândido, as leis morais e sociais que, indelévels, aí ficarão e pelas quais se dirigirá o homem, quando a evolução natural o atirar no mar encapelado da sociedade.<sup>17</sup>

Neste momento não há uma ruptura com o modelo de mulher/mãe instituído e desejado. Antonieta segue ainda falando: “Tem feito muito a Mulher, levada pela sensibilidade natural, por este quid divino que empresta às mães o dom da intuição”.<sup>18</sup> Podemos notar neste trecho a aproximação entre mulher e natureza, corroborando com as antigas concepções que naturalizam o papel da mulher. Porém, Antonieta reconhece a desigualdade entre os sexos quando atribui o problema ao fato da:

A alma feminina se tem deixado estagnar, por milhares de anos, numa inércia criminosa. Enclausurada por preconceitos odiosos, destinada a uma ignorância ímpar, resignando-se santamente, candidamente, ao deus Destino e a sua congênere Fatalidade, a Mulher te sido, de verdade, a mais sacrificada metade do gênero humano. Tutelada tradicional, irresponsável pelos seus atos, boneca-bibelot de todos os tempos, (...).<sup>19</sup>

No texto acima, denunciava a forma como a sociedade assentada sobre bases patriarcais e machistas percebia e tutelava a ação destas mulheres. Tal representação se debatia contra os esforços feitos por estas na luta pelo direito a cidadania.

Ainda na década de trinta, os laços de amizade entre Antonieta e a família Ramos foram estreitados. Em 1934 filia-se ao Partido Republicano Catarinense – PRC no qual um dos principais representantes era Nereu Ramos. Antonieta foi eleita neste mesmo ano como a primeira Deputada Estadual de Santa Catarina, um dos cargos mais importantes no Legislativo Estadual, espaço de domínio exclusivamente masculino e reduto das oligarquias estaduais.

No pleito de 34 onde mulheres puderam votar e ser eleitas, algumas obtiveram êxito em suas empreitadas, assim como Antonieta. Entretanto, o que surpreende é o fato de tratar-se da eleição de uma mulher negra, proveniente de uma família sem lustro e que foi eleita como deputada. Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, se apresentava no cenário nacional à imagem de um Estado preponderantemente branco, que ostentava discursos de desenvolvimento e progresso, bem como de superioridade racial. Ainda sobre este último aspecto, a condição racial de Antonieta de Barros, não passou despercebida por parte de seus desafetos políticos.

---

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Jornal República, 13 de março de 1932.



Mesmo em 1951 quando Irineu Bornhausen ocupou o cargo de governador, o médico, jornalista, historiador e na época deputado, Osvaldo Rodrigues Cabral acusou Antonieta, de através dos jornais “fazer intriga barata de senzala”.<sup>20</sup> Nesta época Antonieta não ocupava mais o cargo de deputada, mas, continuava a escrever assiduamente nos jornais da capital, manifestando todo seu desgosto à política de Bornhausen. De imediato Antonieta respondeu:

“Intriga barata de senzala”

(palavras do Deputado Osvaldo R. Cabral, ao comentar o nosso editorial de domingo passado, na Assembléia Legislativa)

Tencionávamos, hoje, continuar as nossas considerações despreziosas, à cerca da fala governamental ao Legislativo, no Capítulo referente a Educação.

Todavia, porque o nobre Deputado nos apanhou as ideias esfarrapadas (segundo expressão sua) e as levou para a Assembléia, tivemos de alterar os nossos propósitos.

E, pelo respeito que nos merecem os leitores amigos, aqui estamos, repisando o mesmo terreno, para nos esclarecer a atitude, em face da afirmativa do Deputado.

Não conhecemos, na intriga, o discurso com que o irritado e nobre deputado da posição nos castigou a incrível ousadia de achar injusto os conceitos com que o Governo aponta o Magistério ao Estado e ao país.

Da peça – monumental e admirável, por certo, como são todos os trabalhos do ilustrado tribuno e historiador – apenas nos contaram a frase final e conceitos depreciativos sobre os nossos pobres Farrapos.

A frase é a que epigrafa estas linhas.

Rimos. É tudo tão pueril, que achamos graça. E, pensamento distante, perguntamos aos amigos: Mas onde foi isto? Na Alemanha de Hitler, ou nos Estados Unidos?

Discordar das nossas considerações é direito de toda gente e, principalmente, dos que militam, na situação, embora haja certos fatos, cuja cristalinidade e transparência impõem silêncio, para evitar que sejam mais focados. Este é o caso da situação desoladora do ensino público, de que trata a Mensagem. Por que desce o Deputado a apanhar as nossas idéias esfarrapadas? Qual foi o nosso crime? O de ter dito pela Imprensa o que se comenta à boca pequena? Fomos nós, por acaso, que criamos aquela afirmativa chocante de que a situação do ensino público é desoladora? Não

(...) Onde a intriga? Não existiu. Não é do nosso feitio essa modalidade de comportamento. Somos leais. Leal e agradecida. Sempre fomos. E é uma das características dos negros.

Fizemos do Magistério o nosso caminho, e agimos sempre respeitando a professora que não morreu em nós, ainda, graças a Deus. Como, pois, descer à intriga?

(...) Compreendemos que a delicada sensibilidade do nobre Deputado nada tenha sofrido diante daquela frase. Sua Excelência, para a felicidade de todos quantos são arianos – apesar de portador de um Diploma de jornalista – não milita no ensino público. Dizemos felicidade porque, à sua Excelência, falta uma das qualidades de professor: não distinguir raças, nem castas, nem classes (...).<sup>21</sup>

Talvez, um caminho possível para compreendermos suas experiências, seja pensarmos nos esforços feitos por Antonieta, mulher atuante e engajada, para construir uma trajetória que suscita surpresa e admiração, nas redes de sociabilidade e de solidariedade sabiamente tecidas por esta mulher, como também nas relações de poder e nas tensões e conflitos que permearam sua trajetória.

<sup>20</sup> Jornal O Estado, 05/06/ 1951.

<sup>21</sup> Idem, 06/05/1951.



Apesar de uma origem social sem lustro, Antonieta circulava e frequentava espaços pertencentes à elite graças às relações de sociabilidade construídas e aos cargos que passou a ocupar. Além disso, falava de um lugar novo e diferente para as mulheres (principalmente as de sua classe e cor) em meados do século. Ao definir-se como não feminista, em seus escritos defendia a mudança, mas, sem uma ruptura radical com os antigos papéis normativos, de certa forma, em determinados momentos corroborou com o discurso conservador do qual ela mesma também foi vítima.

Em sua relação com o poder, certamente o apadrinhamento de Nereu Ramos, presidente do Partido Liberal da década de 20, governador eleito em 1935 e, mais tarde, interventor entre os anos de 1937 a 1945, foi fundamental.

Na segunda metade da década de 40, com a queda do Estado Novo, Antonieta de Barros voltou a ocupar um cargo no Legislativo. Em 1948, concorreu novamente ao cargo de deputada estadual desta vez filiada ao Partido Social Democrata - PDS, obtendo a primeira suplência pela legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumiu a vaga na Assembleia Legislativa em 1947, neste período elaborou e ajudou a aprovar o projeto que criou os cargos de Diretor de Grupo Escolar e Inspetor Escolar por meio de concurso público<sup>22</sup>.

Antonieta cumpriu seu mandato até 1951, quando com a saúde bastante precária, deixou a política. Em 28 de março de 1952, veio a falecer no Hospital de Caridade em Florianópolis, aos 51 anos, encerrando sua trajetória.

### *Bibliografia*

ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, São Paulo, EDUSC, 1998.

BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: USP, 1999.

CAMPOS, Cynthia M. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração*. Florianópolis: Eitora da UFSC, 2008.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C. e SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005.

CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis Ilustrada*. 3ª edição. Florianópolis: Insular, 2005

---

<sup>22</sup> Parecer, nº285 e 286. Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Arquivo Antonieta de Barros.



DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª. Edição revisada. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGG, 2005.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e Jazz*. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

HOOKS, Bell. *Intelectuais negras*. Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro. UFRJ, v.3, n.2, 1995

RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.